

Celso Furtado, 100 Anos: Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (1959)

GUSTAVO LOUIS HENRIQUE PINTO (*)

O diagnóstico e o plano de ações apresentados em *Uma política de desenvolvimento econômico do Nordeste* (GTDN, 1959) é a gênese das estratégias de planejamento para a região, idealizadas a partir do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), de redação e coordenação de Celso Furtado. Produzido ao final do governo de Juscelino Kubitschek, em 1959, teve força de proposição na consolidação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no mesmo ano. Na comemoração do centenário de Celso Furtado (1920-2020), trata-se de analisar este documento ímpar para a compreensão do projeto político deste intelectual para a economia do Nordeste, no período 1958-1964, através de um diagnóstico da região, espaço de enunciação dos primeiros elementos de um modelo institucional que se configurou na Sudene.



Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (Depto. de Imprensa Nacional, 1959).

Demanda do próprio Presidente da República, visava estabelecer uma alternativa que garantisse visibilidade política para as ações do Governo Federal na região, a fim de dirimir algumas das consequências nefastas da seca de 1958 para a população e para a economia nordestina. Outra consequência da seca e da situação histórica de desigualdade regional referia-se ao capital político de Kubitschek, cenário em que seus opositores, da União Democrática Nacional, elegeram 5 governadores¹ nos Estados do Nordeste nas eleições de 1958. Diante destas considerações, Furtado, através do GTDN, produz seu primeiro diagnóstico e as linhas de ação de uma política para o Nordeste.

O diagnóstico apresentado subsidiou os futuros planos diretores² da Sudene e significou o início da estruturação de uma política de desenvolvimento que atacasse os atavismos históricos da região, dirigindo respostas de enfrentamento às desigualdades regionais, na comparação com a região Centro-Sul, e de confrontação com as realidades socioeconômicas do Nordeste no período. O cenário era então marcado pelo excedente populacional e o desemprego nas áreas urbanas, resultado dos movimentos migratórios advindos das sucessivas crises da agricultura de subsistência, principalmente do semiárido no período das secas. Os trabalhadores rurais em migração forçada estavam marcados pela pobreza e a fome, condição que impunha ao Nordeste, nas palavras de Furtado (GTDN, 1959, p. 14), “a mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano”.

A estratégia foi a construção de um plano de ações direcionado às políticas de industrialização e diversificação da economia regional, de deslocamento da fronteira agrícola e de transformação estrutural da produção agrícola (a oferta de alimentos), resultando em uma economia agrícola resistente à seca. O planejamento da economia agrícola, de produção de alimentos, e a solução migratória para parte da população, através do deslocamento da fronteira agrícola, estavam conectados à expansão da industrialização, enquanto políticas com estratégias encadeadas e condicionadas.

Documento genético das políticas de desenvolvimento para o Nordeste até 1964, combinou a experiência de Furtado em técnicas de planejamento, dos anos de trabalho na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), com sua interpretação profunda das condições socioeconômicas do Nordeste, ensejados em uma posição política de planejador, do construtor de políticas, como os *policy makers*. Tarefa inspirada por um “republicanismo exemplar” de Furtado, nas palavras de Chico de Oliveira (2003, p. 119), em busca de algo que era um tema central para Furtado, “a autonomia das decisões fundada no pacto federativo-nacional-democrático”, um sopro de esperança para a região, para a situação de pobreza aguda da população, para sua economia regional, configuradas em um pacto político com o governo federal, com parte das elites dirigentes da região Centro-Sul, a favor do Nordeste.

1 Os Antecedentes da Política de Planejamento

Os depoimentos de Furtado sobre as experiências históricas em torno da elaboração do documento *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, realizado posteriormente em entrevistas e em sua obra autobiográfica, possibilitam traçar aspectos da atmosfera política e algumas das condições e limites estabelecidos para elaborar o plano. Furtado relata no

livro *A fantasia desfeita* (1997), que compõe sua obra autobiográfica, a primeira vez que expôs a Kubitschek a necessidade de uma política de desenvolvimento para a região, fato de origem do documento. A narrativa que Furtado aponta é que a proposta de lançamento de uma política se constituiu na forma de um lampejo, direcionada para o convencimento do Presidente, conforme Furtado diz a seguir:

Enquanto esperávamos que o presidente nos recebesse, cristalizou-se abruptamente em meu espírito uma ideia: e se Kubitschek fizesse seu o projeto de lançamento de uma nova política para o Nordeste, pondo a serviço deste, no que lhe restava de mandato, o entusiasmo e a formidável energia que ninguém lhe negava? A coisa poderia alcançar a velocidade necessária para tornar-se irreversível ao iniciar-se o novo governo. (FURTADO, 1997, p.76)

Evidencia-se a energia da proposta para Kubitschek, que gozava de popularidade neste período e reunia condições institucionais para mobilizar esforços a fim de concretizá-la. Furtado esteve com o Presidente pela primeira vez na reunião acima descrita. Realizada em 6 de janeiro de 1959, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, fora convocada por Kubitschek para tratar a questão do Nordeste. Na ocasião, Furtado expôs ao Presidente os motivos para uma política de desenvolvimento. Ao final da reunião,

conforme afirma em suas próprias memórias, Kubitschek teria inquirido a Furtado:

Doutor Furtado, de quanto tempo o senhor necessita para pôr no papel tudo o que me disse aqui em forma de um esboço de plano de ação? Minha intenção é convocar todos os líderes nordestinos para lhes expor as linhas gerais da nova política, e, de imediato, pôr em execução o que for possível. (FURTADO, 1997, p. 80)

Diante da interrogação, Furtado afirma que assim contestou: “Havia apostado tudo num só lance, e as chances de vitória sorriam. Respondera ao presidente que necessitava de três semanas para apresentar o esboço do programa. Felizmente para mim, o carnaval estava pela frente, o que esticou as três semanas” (FURTADO, 1997, p. 81). O caráter de excepcionalidade para a elaboração de uma política implicava uma tarefa que deveria ser realizada em tempo exíguo, em apenas algumas semanas.

O trabalho de diretor no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), voltado aos temas do Nordeste, que Furtado desempenhou no segundo semestre de 1958 após retornar da passagem por um ano em Cambridge, permitiram que Furtado tivesse dados e realizasse a observação *in loco* da situação da região. “Visitei o Nordeste em 1958 e acumulei material e informação. Fiz o texto, então, do

trabalho “Uma nova política para o Nordeste”, que despertou um grande interesse pela região” (FURTADO, 1998, p. 64). As visitas à região em 1958, com o intuito de realizar um diagnóstico, foram uma importante preparação para realizar a tarefa que lhe foi designada.

O trabalho foi apresentado enquanto política no Palácio do Catete, em março de 1959, diante dos governadores do Nordeste, políticos da região e da imprensa. O documento contém 94 páginas, e foi publicado em nome do GTDN, e não de Furtado, que o havia escrito. Tal feito foi atestado por Furtado, confirmando sua autoria, além de afirmar novamente sobre a importância de ter percorrido o Nordeste na época da seca, o que pode ser verificado a seguir:

As pessoas sempre se referem ao trabalho do GTDN, mas, na verdade, fui eu quem o escreveu. Fui interventor no GTDN que funcionava abrigado ao BNDE, mas jamais concluiu seus trabalhos. Organizei uma pequena equipe para fazer o projeto da Sudene, que depois Juscelino lançou como política de desenvolvimento do Nordeste. Ele tinha enfrentado a seca de 1958, que foi terrível, meio milhão de pessoas morrendo de fome nas ruas. Partimos dessa realidade. Eu visitei todo o Nordeste, corri o Sertão inteiro na época da seca. (FURTADO, 1998, p. 63-64)

O ato de não assinar teve uma consequência não prevista de relevância política, segundo Furtado, pois esta atitude garantiu a permanência e circulação do livro. Além de não ter tido tempo para submeter “à leitura crítica de outras pessoas”, Furtado relata que tal atitude detinha outro significado para o processo histórico vindouro:

Essa tática de apresentação foi providencial para a sua sobrevivência quando caíram sobre nós os dias sombrios da ditadura militar, que me cassou os direitos e tornou “suspeito” tudo o que contivesse o meu nome. Com efeito, ele pode continuar a ser utilizado e citado, atribuindo-se a autoria ao GTDN, grupo incolor que praticamente deixou de existir quando recebi a missão de preparar o referido documento, texto básico da Operação Nordeste. (FURTADO, 1997, 96-97)

Esta dimensão não prevista garantiu a permanência do texto como um dos pioneiros do planejamento regional brasileiro, presente ainda por décadas no horizonte dos especialistas e interessados na política de desenvolvimento para o Nordeste.

2 O Documento

Está dividido em cinco seções: “Introdução”, “O Nordeste na economia brasileira”, “Elementos dinâmicos da economia do Nordeste”, “Aspectos econômicos do problema

das secas” e “Plano de Ações”. O caminho percorrido foi primeiro apontar as diretrizes, desenvolver na sequência os diagnósticos dos problemas-chave da região e, por fim, estabelecer as linhas de programação e ação.

A Introdução sinaliza o espírito dos problemas do Nordeste que serão então abordados no decorrer de todo o texto. A partir de um apanhado de pontos centrais que permitem tratar a região Nordeste enquanto um sistema econômico, a economia nordestina, Furtado assinala algumas diretrizes que permaneceram, em grande medida, na política da Sudene nos cinco anos que se seguiram ao documento (1959-1964), e também podem ser percebidas nos seus dois planos diretores. Outra articulação realizada no documento é que há um voo panorâmico realizado pelo próprio autor sobre algumas interpretações realizadas nos seus trabalhos do período, e que valem a ressalva.

A tese dos desequilíbrios regionais de Furtado é apresentada inicialmente, como o principal argumento de sustentação da política de desenvolvimento do Nordeste. Furtado (1959, p. 7) estabelece o primeiro elemento destas diretrizes: “1. A disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional”. Na comparação

Nordeste e Centro-Sul, o Nordeste detinha um ritmo menor de crescimento econômico, apresentando “desigualdades regionais de níveis de vida” que são históricas, através do contínuo aumento na disparidade de renda entre as regiões e em detrimento da região Nordeste. As medidas defendidas por Furtado são anunciadas como uma política que não permitisse que a distância entre as regiões aumentasse ainda mais, produzindo maior diferenciação entre as regiões.

A hipótese sobre a relação inter-regional se configura na aposta feita por Furtado, campo aberto das confrontações políticas do período: a industrialização do Centro-Sul, principalmente de São Paulo, nos últimos 10 anos (1948-1957), foi favorecida por “transferências internas de recursos” da economia nordestina para o Centro-Sul. A política cambial e a escassez de divisas da economia nacional limitaram qualquer impulso que pudesse ser gerado pelas exportações nordestinas, no argumento de Furtado, momento em que se configura a tese do “comércio triangular”. As relações entre a economia nordestina e as duas economias *externas* – assim intituladas por Furtado –, com o *exterior* (a internacional) e o Centro-Sul, produziam resultados negativos ao ritmo de crescimento econômico do Nordeste e, consequentemente, sobre a renda da população.

Análise realizada na seção II “O Nordeste na economia brasileira”, Furtado estabelece os dilemas que o desenvolvimento econômico de uma dada região pode gerar à outra economia regional, dentro de um mesmo sistema nacional. As divisas geradas pelo fluxo de exportação de bens primários agrícolas do Nordeste no mercado internacional não favoreciam a região na forma de importações, que pudessem estimular a industrialização nordestina e os bens de consumo, já que eram direcionadas à região Centro-Sul através da política protecionista então praticada. Em troca, o fluxo comercial entre as regiões Nordeste e Centro-Sul expandiu-se, de forma que as mercadorias que poderiam ser adquiridas pelo Nordeste a preços mais competitivos no mercado internacional passaram a ser adquiridas cada vez mais na região Centro-Sul, a preços mais elevados, favorecendo estas transferências de recursos. Furtado calculou que estas transferências representavam o montante médio anual de 24 milhões de dólares no período 1948-1957, cifra reconsiderada e ajustada por autores como Love (1998), mas que teriam financiado em parte a industrialização do Centro-Sul pelo Nordeste.

O baixo crescimento econômico do Nordeste estava posto na renda per capita média anual de 5,5 mil cruzeiros, o que representava 1/3 (um terço – 32%) da média do Centro-Sul. Furtado compara a

diferença entre as rendas com os países centrais, e afirma que a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul é maior que a diferença entre a renda do Centro-Sul e a médias das “nações industrializadas da Europa Ocidental”. Além da renda menor, a taxa de crescimento da produção real é inferior à do Centro-Sul, e impactavam sobre o baixo desenvolvimento da região mais pobre da economia nacional.

Furtado (2009, p. 324-335) já havia apresentado parte deste argumento das desigualdades regionais em *Perspectivas da economia brasileira* (1958) e em *Formação econômica do Brasil*, no último capítulo, “36. Perspectivas dos próximos decênios”, onde assinalou que o processo de industrialização de uma dada região, como São Paulo, pode produzir um crescimento que tem como contrapartida a estagnação de outras regiões, o que conferira dada tendência à concentração regional de renda.

O questionamento realizado por Furtado a partir da crítica ao “comércio triangular”, segundo uma das maiores especialistas em economia regional do país, Tânia Barcelar de Araújo (2009, p. 35), é de um “Furtado contestador das teses hegemônicas da época”, e completa: “(...) ele ousa defender uma tese que punha em questão a unanimidade da época: o rápido avanço da industrialização brasileira, concentrada em São Paulo”. A tese de Furtado, explica Araújo, era

que aquilo que estava “sendo feito é muito bom para o Brasil, mas, lido da perspectiva regional, é muito ruim para o Nordeste”.

Dois instrumentos analíticos foram utilizados por Furtado para comparar as desigualdades entre as regiões Nordeste e Centro-Sul, segundo Rosa Maria Vieira (2007, p. 315). Primeiro, o “arsenal teórico cepalino”, que “vai interpretar as relações do Nordeste com o Centro-Sul em termos dualistas, como “centro e periferia” e, sem referir-se propriamente ao conceito de “deterioração dos termos de troca”, estabelece a transferência de renda do Nordeste para o Centro-Sul. O outro instrumento é o “recurso à história econômica”, que permitirá a Furtado “considerar as determinações especificamente “nordestinas” do atraso, trazendo os motivos da estagnação secular do Nordeste para o âmbito das relações econômico-sociais”. A tônica da política proposta foi assim analisada por Vieira (2007, p. 319): “O desafio essencial, diante deste quadro, era reverter a dinâmica do “colonialismo interno”, buscando, através do planejamento econômico adequado, um novo impulso dinâmico para a economia nordestina”.

Dois grupos de agentes econômicos que atuam no Nordeste foram considerados separadamente por Furtado no documento: o setor público e o setor privado. Da análise do fluxo de renda entre as regiões,

Furtado estabelece a divisão entre “ano bom” e “ano ruim”, o primeiro com chuva regular, e o segundo marcado pela seca. Nos anos bons, o setor privado estava presente invertendo capital; no ano ruim, o setor público realizava inversão de “caráter assistencial” na forma de “subsídios ao consumo”, o que não torna a região resistente à seca, nem altera o ritmo de crescimento.

Como o Nordeste poderia tirar maior proveito das relações com o Centro-Sul? Através da atração de investimentos do setor privado do Centro-Sul no Nordeste, fator que poderia acelerar o ritmo da industrialização, com oportunidades de emprego a uma parcela das populações urbanas. O “mecanismo 34/18”³ criado pela Sudene foi uma estratégia deliberada de dar resposta específica a este problema através de subsídios de favorecimento para empresas nacionais investirem na região Nordeste, que perdurou até a década de 1970.

As duas espinhas de sustentação da política eram então a industrialização nordestina e o deslocamento da fronteira agrícola com a reorganização da economia agrícola. Araújo (2009, p. 37) acena para a importante consideração de que a política de desenvolvimento de maior difusão da Sudene, que ocupa grande parte da memória deste órgão, esteve principalmente direcionada para a temática da industrialização, então “a questão da fome e da produção de alimentos

no Nordeste ficou menos destacada”. Araújo lembra que das quatro diretrizes do Plano de Ação contidas no documento, três eram sobre esta questão da agricultura e dos alimentos. Estas são as quatro diretrizes básicas:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas;
- e d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida. (GTDN, 1959, p. 12)

O questionamento de Furtado à tese hegemônica do período, apontando óbices gerados ao Nordeste pela industrialização, em um cenário de alta popularidade de Kubitschek, também permeia outra dimensão dessa crítica, segundo Araújo (2009, p. 36), agora direcionada à região. A “maioria esmagadora da elite nordestina” defendia a tese “de que o Nordeste estava

perdendo espaço no país por causa da seca”, e Furtado se orienta em sentido contrário a esta afirmação, identificando nas desigualdades regionais, no comércio triangular e nas formas da agricultura de subsistência os verdadeiros entraves à economia do Nordeste.

Na seção dedicada ao tema da seca, “III. Aspectos econômicos do problema das secas”, três argumentos são sinalizados, que em conjunto sustentam parte significativa do projeto de reforma agrária de Furtado subjacente a *Uma política de desenvolvimento econômico do Nordeste*. Primeiro argumento: “a seca provoca, sobretudo, uma crise da agricultura de subsistência. Daí, suas características de calamidade social” (GTDN, 1959, p. 65), então a lavoura atingida é a “base da alimentação popular”, produzindo o fenômeno da miséria nos períodos da seca. O segundo argumento se trata de um ataque frontal às políticas de construção de açudes e represamento da água, que nunca modificaram os dados do problema, e significa o contraste que a Sudene terá posteriormente em relação às políticas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e as denúncias da “indústria da seca”. O terceiro argumento é que o problema estava em “dar maior estabilidade à renda real do trabalhador, e não à oferta de alimentos” (GTDN, 1959, p. 73).

O problema maior da economia agrícola era como aumentar, prin-

cipalmente na região semiárida, a faixa monetária da produção de alimentos, aumentando a produtividade média, reduzindo a agricultura de subsistência. O excedente de mão de obra, migrando em direção aos centros urbanos, e que amplia também os aglomerados de população da agricultura de subsistência no semiárido, no polígono da seca, não terá solução rápida. Furtado explicita que a absorção do excedente de mão de obra, preocupação cogente para as políticas de desenvolvimento das próximas décadas no Nordeste, não será resolvida somente com a expansão e diversificação da industrialização, somada à reorganização da produção de alimentos. Uma terceira possibilidade é considerada, através da proposição de um “deslocamento da fronteira agrícola da economia do Nordeste, para as direções em que é possível contornar o obstáculo das secas” (GTDN, 1959, p. 77). Criar novas frentes de trabalho em direção ao que Furtado chamou de periferia úmida presente nas regiões do Maranhão e de Goiás, este último Estado mencionado poucas vezes, território goiano da época que hoje compreende o Estado de Tocantins.

A colonização maranhense, por meio de frentes agrícolas, estava diretamente vinculada à proposta de reorganização da economia do semiárido, através da dimensão da produção, mas também da circulação e comercialização. A migração orientada por uma política, como

Furtado intencionava para a colonização maranhense, significava um processo de extrema dificuldade, constituindo ainda um campo aberto para as pesquisas sobre este período, sobretudo na análise dos estudos que a Sudene produziu sobre estas frentes de trabalho, assim como as tensões geradas por esse projeto no interior do Conselho Deliberativo da Sudene.

A outra tensão destas transformações da economia agrícola estava na reorganização e melhor aproveitamento das terras úmidas, principalmente da Zona da Mata, de forma que a oferta de alimentos diminuísse a pressão sobre os salários dos trabalhadores urbanos. O objetivo era que a oferta de alimentos não apresentasse obstáculos ao processo de industrialização, então necessitava de reorganização da produção da Zona da Mata, marcada pelo latifúndio que detém as melhores terras das áreas úmidas, em que há necessidade de um uso mais racional de capital investido por trabalhador e de técnicas adequadas para o aumento da produtividade. Recordamos que a região da Zona da Mata seria principalmente impactada pela proposta de Lei de Irrigação encaminhada pela Sudene no mesmo ano (1959) ao Congresso Nacional, que, porém, nunca foi aprovada. Há somente breve menção às políticas de irrigação no documento aqui analisado, tratadas como extremamente onerosas diante do desafio

de reorganização da economia do semiárido.

3 Conjecturas Políticas e a Fragmentação do Planejamento

A finalização do documento é com um esboço de “Plano de Ação”, articulado em oito eixos:

1. Reformulação da política de aproveitamento de solos e águas na região semiárida;
2. Reorganização da economia da região semiárida e abertura de frentes de colonização;
3. Intensificação dos investimentos industriais;
4. Solução para o problema da oferta de energia elétrica;
5. Aproveitamento de conquistas tecnológicas recentes;
6. Aumento da oferta de alimentos nos centros industriais;
7. Assistência técnica aos governos estaduais;
8. Articulação geral da execução do plano.

O grande desafio político do ordenamento de um Plano de Ação, que comungue os governos estaduais e os órgãos do governo federal que atuavam no Nordeste, estava no diferencial desta política e da concepção da Sudene, e

que se demonstrou ineficaz pela própria experiência da instituição. As ideias de “definição comum de objetivos” e “unificação da ação administrativa” para a construção de uma “política geral” apresentaram o perfil da política elaborada por Furtado, mas contêm entraves diante das profundas distensões políticas, com interesses políticos divergentes entre os Estados, as elites nordestinas e as marcas do velho latifúndio. Questão fulcral deste processo era a reorganização da agricultura, impossibilitada pela intocabilidade do latifúndio. A questão agrária e fundiária do Nordeste representa o mais importante atavismo histórico da região, e não foi a Sudene a reorganizar esta produção. A proposta das frentes de colonização ocorreu sem uma política, de forma desordenada, nunca foi elemento ativo de planejamento.

Ao realizarmos a análise de determinada política de planejamento, podemos dividir o tratamento entre o processo de elaboração, de implementação e, por fim, de avaliação. Analisar *Uma política de desenvolvimento econômico do Nordeste* é observar a gramatura e a extensão da elaboração, momento em que o espírito de projeto está presente e as intencionalidades são expostas. No caso, de um dos projetos com maior ressonância sobre as políticas de desenvolvimento regional brasileiro nos anos posteriores. Se observamos sua implementação e avaliação, os obs-

táculos enfrentados pelos planos diretores na captação de recursos e as dificuldades em garantir a unidade de propostas no interior da Sudene seriam elementos fundamentais, mas que escapam dos objetivos.

O contexto da missão dada a Furtado, e o seu devido peso, podem ser mensurados nas palavras do próprio autor:

Eu apareci como um meteoro, ninguém me conhecia, pois eu tinha vivido no estrangeiro. Eu me recordo que saiu no jornal a notícia de que eu faria um plano para o Nordeste, recebi enormes pressões, queriam falar comigo. Como pode? O pessoal de Pernambuco perguntava como um indivíduo que ninguém sabia quem era poderia opinar sobre o Nordeste. Havia perplexidade. (FURTADO, 1998, p. 61-62)

Deste modo, é possível verificar as batalhas que seriam enfrentadas por Furtado na defesa dessa política, processo que se esgotou com o Golpe Civil-Militar de 1964 e o exílio de Furtado. Um projeto construído no campo minado das tensões políticas e econômicas historicamente constituídas, e a idealização do planejamento democrático do desenvolvimento regional. Status de pioneirismo na questão regional, de desafio no enfrentamento dos difíceis problemas da região Nordeste, e de sonho por um novo possível, na grande esperança reunida por Furtado.

Referências

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.71-92, 2000.
- _____. Desenvolvimento regional no Brasil. In: FURTADO, CELSO *et al.* **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, p. 33-43, 2009.
- FERREIRA, Assuério. A Sudene e o Nordeste: sobre os primórdios de sua atuação. **Revista de Ciências Sociais**, v. 30, n. 1/2, p. 44-57, 1999.
- _____. Da invenção criadora do GTDN à reinvenção do futuro na década perdida. In: FURTADO, CELSO *et al.* **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, p. 69-92, 2009.
- FURTADO, Celso. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- _____. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- _____. **A fantasia desfeita. Obra autobiográfica de Celso Furtado**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 2, 1997.
- _____. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. Entrevistadores: Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Pereira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- _____. **Formação econômica do Brasil. Edição comemorativa: 50 anos**. Organização de Rosa Freire d’Aguilar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Conselho de Desenvolvimento. Presidência da República. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.
- LOVE, Joseph. **A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. Um republicanismo exemplar. In: _____. **A navegação venturosa. Ensaio sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 117-122.
- VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado. Reforma, política e ideologia (1950-1964)**. São Paulo: EDUC, 2007.
- 3.995/1961, do I Plano Diretor da Sudene, e o artigo 18 da Lei nº 4.239/1963, do II Plano Diretor. O artigo 34 estabelecia: “É facultado às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução de até 50% nas declarações do imposto de renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela Sudene, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste”. O artigo 18 estabelecia: “Não poderão ser transferidos para o Exterior, direta ou indiretamente, e a qualquer título, as receitas derivadas das parcelas de investimentos financiados com os descontos previstos neste artigo, sob pena de revogação do favor obtido e exigibilidade das parcelas não efetivamente pagas do imposto de renda, acrescidas de multas de 10% e juros de mora de 12% ao ano, sem prejuízo das sanções estabelecidas na legislação específica do imposto de renda”. Para análise do funcionamento do mecanismo 34/18, ver Assuério Ferreira (1999; 2009).

(*) *Professor de Sociologia do Instituto Federal de Goiás – IFG, Campus Uruaçu e pós-doutorando do Departamento de Economia – FEA/USP. (E-mail: gustavo.pinto@ifg.edu.br)*